

Estado do Rio de Janeiro. A representante da Petrobras ressaltou que análises realizadas no Centro de Pesquisas na Ilha do Fundão no Rio de Janeiro constatarem, mediante os biomarcadores, que este óleo do incidente não é proveniente do litoral brasileiro, não apresentando nenhum traço geocímico com os óleos produzidos e transportados no mar do Brasil. O segundo ponto ressaltado, é que em caso de acidentes a Petrobras atua mediante requisição formal do Ibama e que o faz em alinhamento com a Marinha do Brasil, com o próprio Ibama e com a Agência Nacional de Petróleo, compondo uma estrutura de resposta a acidentes chamada GAA. A representante da Petrobras, encerrou sua fala afirmando que, no atual momento, esse evento está num gráfico decrescente grande, não tendo mais o volume de óleo encontrado nas praias do Nordeste e, portanto, não se espera impacto significativo no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Em função disso, hoje a Petrobras só tem duas frentes de operações em Sergipe, local onde o Ibama entende ser mais adequado para sua atuação, visto que no Nordeste ainda há alguns resquícios do óleo. afirmou, também, que houve a decisão de a empresa não atuar mais na atividade de recolhimentos do óleo nas praias do Estado do Rio de Janeiro pelo pouco volume esperado. Em seguida, Sua Excelência perguntou a Senhora Margareth Bilhalva se além das ações de monitoramento e recolhimento do óleo nas praias, tem sido feita alguma ação preventiva no mar. Respondendo, a representante da Petrobras afirmou que, em função da maior densidade desse óleo, ele se fragmenta e emulsiona com a água, flutuando nas correntes marinhas à meia profundidade, não sendo possível vê-lo, tanto sobrevoando de helicóptero, como por meio de satélites até que cheguem aos costados rochosos ou praias, onde apenas ali sejam vistos. Sua Excelência sentindo-se contemplado com as explicações, agradeceu a representante da Petrobras. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Jorge Felipe Neto, que perguntou a senhora Margareth Bilhalva, qual quantidade de óleo foi recolhido nas praias do Estado do Rio de Janeiro. A representante da Petrobras afirmou que o recolhimento do óleo encontrado no nosso Estado agora está a encargo das Forças Armadas. Em seguida, Sua Excelência concedeu a palavra ao Capitão de Mar e Guerra, senhor Helder Velloso Costa que, agradecendo ao convite, respondeu ao Deputado Jorge Felipe Neto dizendo que a quantidade de óleo recolhido e analisado até agora no Estado do Rio de Janeiro foi de 370 gramas. Disse também, que foram feitos estudos que prevêm uma incidência mínima de aparcimento de óleos no Rio de Janeiro e que a Marinha está fazendo monitoramento desde a fronteira com o Espírito Santo, em São Francisco de Itabapoana, até o Focinho do Cabo, em Arraial do Cabo. O Senhor Presidente perguntou ao Capitão Helder Velloso quantos militares foram treinados pela Petrobras para atuarem nas praias. O representante da Marinha afirmou que, embora não soubesse o número exato de pessoas, sabe que estes compõem três grupos de trabalho que monitoram, atendem chamadas e recolhem o óleo. Sua Excelência agradeceu a participação do representante da Marinha. Em seguida, franqueou a palavra ao representante do Inea, Senhor Mauro Farias, solicitando-o que apresentasse um panorama da atuação do Inea e falasse sobre a interlocução com outros órgãos. O Senhor Mauro Farias agradeceu ao convite e iniciou sua fala ressaltando a importância de o Poder Legislativo ter proporcionado essa discussão convidando todos os atores neste incidente para esclarecer os fatos, nem sempre divulgados de modo correto pela imprensa. Em seguida, falou das parcerias entre o Ibama e a Marinha e que nesse episódio o Inea basicamente atuou na capacitação e preparação de pessoal. Esta capacitação foi realizada pelo departamento chamado Geopem, Gerência de Emergência do Inea, onde militares, servidores das defesas civis e secretarias de meio ambiente de quase todos os municípios costeiros do Estado foram capacitados. afirmou, também, que esse episódio trouxe a compreensão da importância de estruturar e capacitar melhor o Inea para eventos dessa natureza, pois havia um déficit dos governos anteriores na confecção dos planos de emergência individuais para cada setor. Ressaltou que, conforme dito pelos palestrantes anteriores, os estudos das correntes apontam que a previsão é de que o óleo chegará no litoral do nosso Estado em quantidade muito pequena, sendo praticamente zero à partir de Cabo Frio em direção ao sul. Sua Excelência passou a palavra ao Deputado Jorge Felipe Neto, que perguntou ao representante do Inea se há estudo que quantifique o impacto desse óleo na biodiversidade marinha, se há algum risco à população no consumo do pescado e se o Inea está acompanhando a qualidade desse pescado junto a Secretaria de Agricultura. O representante do Inea, afirmou que Ministério da Agricultura vem fazendo esse monitoramento junto ao GAA em diversos locais e que, embora no Nordeste a contaminação tenha sido um grave problema, a previsão é que, aqui no Estado do Rio de Janeiro, não haja risco ao consumo do pescado capturado em nossas águas. Dando prosseguimento, Sua Excelência agradeceu a participação do representante do Inea e passou a palavra ao pesquisador da Coppe, senhor Artur Obino Neto, que trouxe informações técnicas sobre o monitoramento das correntes marinhas brasileiras, confirmando, também, o gráfico descendente de aparições do óleo no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Sua Excelência passou a palavra ao senhor Rodrigo Moura, biólogo da UFRJ, que, complementou a fala do representante da Coppe, afirmando que esse evento mostrou a necessidade de aprimoramento de nossa capacidade de respostas a acidentes ambientais futuros, porque é inevitável que a resposta do Ibama foi lenta. Falou também da necessidade de melhorar a capacidade de detecção de vazamentos e do aprimoramento na contenção do óleo, principalmente aqui no Estado do Rio de Janeiro, por ser o estado brasileiro que sobre maior pressão ambiental do setor petrolífero. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Jorge Felipe Neto que, exaltou a capacitação dos profissionais da Coppe e questionou ao senhor Rodrigo Moura, se à semelhança do que é feito no monitoramento da Lagoa Rodrigo de Freitas, com a utilização de bóia para detecção de metais pesados, quantidade de oxigênio na água e quantidade de coliformes fecais, se é possível fazer isso no mar com relação ao óleo, tanto o óleo cru, como também óleos provenientes de embarcações e atracadouros. Respondendo a pergunta, o representante da Coppe disse que monitoramento em tempo real no mar é uma tecnologia possível, porém muito complexa e custosa, lembrando que a Marinha do Brasil tem uma atuação muito profícua nesse tipo de monitoramento. Em seguida, o Senhor Presidente franqueou a palavra à senhora Suzana Machado Guimarães, bióloga e coordenadora do Projeto Aruanã, da Universidade Federal Fluminense, que falou sobre as consequências do acidente para a fauna marinha. Esclareceu que o Projeto Aruanã tem seu foco na pesquisa científica, na educação e sensibilização ambiental, mas também atua através dos programas de monitoramento de praias, onde animais marinhos contaminados e em risco de vida, são resgatados, tratados, reabilitados e posteriormente devolvidos à natureza. Sua Excelência agradeceu à bióloga Suzana Machado por seus esclarecimentos e vendo que nada mais havia a ser tratado e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, agradeceu a colaboração de todos e suspendeu os trabalhos para que eu, Edyr Arêas, Secretária, matrícula 200.674-0, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida, aprovada e segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou os trabalhos. Sala das Comissões, vinte e nove de novembro de dois mil e dezenove. (a) Edyr Arêas - Secretária; Deputado THIAGO PAMPO-LHA - Presidente

#### COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

##### ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às dez horas e trinta minutos, no Colégio Estadual Teófilo Moreira da Costa, em Vargem Grande, reuniu-se a Comissão de Defesa do Meio Ambiente, sob a Presidência do Deputado Flávio Serafini. Sua Excelência declarou aberta a 4ª Audiência Pública, conforme edital publicado em quatro de dezembro de dois mil e dezenove. Iniciando os trabalhos, o Deputado Flávio Serafini afirmou que esta audiência pública se propõe a discutir as "QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA BAIXADA DE JACAREPAGUÁ", como consta no edital de convocação. afirmou, ainda, que esta audiência foi solicitada por ele, ressaltando que houve acordo com os demais membros da Comissão de que seria presidida por ele próprio, estando sob sua responsabilidade

a condução dos trabalhos. Prosseguindo, Sua Excelência acusou a presença dos senhores convidados: Rodrigo Bianchini, Engenheiro Sanitarista, representante da Inea-RJ; Antônio Correia, Coordenador de Projetos da Secretaria de Urbanismo do Município do Rio de Janeiro; Brasiliano Vito Fico, Gerente de Monitoramento de Biodiversidade da Secretaria de Meio Ambiente do Município do Rio de Janeiro; Carlos Alberto Costa Bezerra, presidente da Federação das Associações de Moradores da Barra, Recreio, Jacarepaguá e Adjacências; Silvana Di Julio Moreira, representante da Comissão de Direito Ambiental da OAB/Barra; Ana de Eggert, da OAB/Barra; Maraci dos Santos Soares, representante do Quilombo Camorim; José Augusto Barros, Vice-Presidente da Associação de Moradores de Vargem Grande; Canagê Vilhena, Arley Pinto Dias, José Jorge Santos de Oliveira, Lucia Maria Cerqueira, Eliane Souza de Oliveira, Ana Cristina, Maria Aparecida Ferreira, Sidney de Almeida Teixeira Junior, Viviane de Figueiredo Abreu, Milton Salgado Rangel Filho, Elizabeth Bezerra, Adriana de Oliveira Giglio, Juliana Fernandes, Marina Soares Cavados, Tobias Marccondes de C. Gomes. Em seguida, Sua Excelência abordou os problemas socioambientais apontados pela população local e fez questionamentos aos representantes dos órgãos públicos. Em seguida, passou a palavra aos representantes do Inea, da Secretaria Municipal de Urbanismo e da Secretaria de Meio Ambiente do Município do Rio de Janeiro, que responderam aos questionamentos. Da mesma forma, os representantes da sociedade civil apresentaram suas demandas aos órgãos públicos e solicitaram ações concretas para restabelecer o bem estar social. Após amplo debate e da definição dos ofícios que serão encaminhados aos órgãos públicos, como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, Sua Excelência agradeceu a colaboração de todos e suspendeu os trabalhos para que eu, Edyr Arêas, Secretária, matrícula 200.674-0, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida, aprovada e segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou os trabalhos. Sala das Comissões, seis de dezembro de dois mil e dezenove. (a) Edyr Arêas - Secretária; Deputado Flávio Serafini - Presidente em exercício.

#### COMISSÃO SAÚDE

##### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil vinte, às treze horas e trinta minutos, na sala número trezentos e dezesseis do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão de Saúde, com a presença dos Senhores Deputados Martha Rocha, Presidente; Enfermeira Rejane, Vice-Presidente; Mônica Francisco e Dr. Deodatto, membros efetivos deste órgão técnico. Dando início aos trabalhos, a Senhora Presidente, agradeceu a presença dos Senhores Deputados e registrou o recebimento de comunicação da Senhora Deputada Lucinha, justificando, sua ausência por estar adoentada, e acrescentou que o propósito da reunião é apreciar e votar os pareceres emitidos no período, bem como discutir e deliberar sobre temas importantes. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a primeira Reunião Ordinária, conforme convocação por edital, publicado no dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte. A seguir, sua Excelência informou ter advogado, em 14.08.2019, o Projeto de Lei nº 4043/2018, de autoria do Deputado Carlos Macedo; em seguida distribuiu para a Deputada Mônica Francisco, em 03.12.2019, o Projeto de Lei nº 280/2019, de autoria do Deputado Chico Machado, em 28.11.2019, Projeto de Lei nº 782/2019, de autoria da Deputada Martha Rocha; segundo, distribuiu para a Deputada Lucinha, em 22.08.2019, o Projeto de Lei nº 514/2019, de autoria do Deputado Waldeck Carneiro, em 22.10.2019, o Projeto de Lei nº 713/2019, de autoria do Deputado Danniell Librelon, em 13.08.2019, o Projeto de Lei nº 175/2019, de autoria do Deputado Márcio Canella; distribuiu para o Deputado Dr. Deodatto, em 28.11.2019, o Projeto de Lei nº 932/2019, de autoria do Deputado Rodrigo Bacellar; e ainda, distribuiu para o Deputado Rosenverg Reis, em 21.03.2019, o Projeto de Lei nº 2300/2016, de autoria do Deputado Fábio Silva, em 26.11.2019, o Projeto de Lei nº 740/2019, de autoria da Deputada Martha Rocha, em 26.11.2019, o Projeto de Lei nº 785/2019, de autoria do Deputado Gil Vianna, em 26.11.2019, o Projeto de Lei nº 1116/2019, de autoria do Deputado Márcio Canella, em 26.11.2019, Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 1668/2016, de autoria do Deputado Rogério Lisboa e em 26.11.2019, o Projeto de Lei nº 4311/2018, de autoria do Deputado Átila Nunes. Continuando, a Senhora Deputada Martha Rocha solicitou que o Senhor Deputado Dr. Deodatto assumisse a presidência, para que, em obediência ao disposto no art. 40 do Regimento Interno, pudesse apresentar o Parecer de sua própria relatoria: Projeto de Lei nº 4043/2018, de autoria do Deputado Carlos Macedo: Favorável com a Emenda nº 01 da Comissão de Constituição e Justiça. Posto em votação, o Parecer foi aprovado. Em seguida, a Senhora Deputada Martha Rocha reassumiu a presidência e passou a palavra para a Senhora Deputada Mônica Francisco para apresentação do seus Pareceres. Projeto de Lei nº 280/2019, de autoria do Deputado Chico Machado: Favorável. Posto em votação, o Parecer foi aprovado. Projeto de Lei nº 782/2019, de autoria da Deputada Martha Rocha: Favorável. Posto em votação, o Parecer foi aprovado. Em seguida, a Senhora Presidente apresentou os Pareceres da Deputada Lucinha: Projeto de Lei nº 514/2019, de autoria do Deputado Waldeck Carneiro: Favorável. Posto em votação, o Parecer foi aprovado. Projeto de Lei nº 713/2019, de autoria do Deputado Danniell Librelon: Favorável. Posto em votação, o Parecer foi aprovado. Projeto de Lei nº 175/2019, de autoria do Deputado Márcio Canella: Favorável. Posto em votação, o Parecer foi aprovado. Continuando, a Senhora Presidente apresentou os pareceres do Senhor Deputado Rosenverg Reis. Projeto de Lei nº 2300/2016, de autoria do Deputado Fábio Silva: Contrário às Emendas. Posto em votação, o Parecer foi reprovado. Sendo assim, será designado outro deputado da Comissão para emitir o Parecer. Projeto de Lei nº 740/2019, de autoria da Deputada Martha Rocha: Favorável. Posto em votação, o Parecer foi aprovado. Projeto de Lei nº 785/2019, de autoria do Deputado Gil Vianna: Favorável com as Emendas da Comissão de Constituição e Justiça. Durante as discussões para votação, a Deputada Enfermeira Rejane pediu vista deste projeto, o que foi aprovado por todos os Deputados presentes. Projeto de Lei nº 1116/2019, de autoria do Deputado Márcio Canella: Favorável. Posto em votação, o Parecer foi aprovado. Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 1668/2016, de autoria do Deputado Rogério Lisboa: Favorável à Emenda. Posto em votação, o Parecer foi aprovado. Projeto de Lei nº 4311/2018, de autoria do Deputado Átila Nunes: Favorável. Posto em votação, o Parecer foi aprovado. Ao continuar, a Senhora Presidente passou a palavra para o Senhor Deputado Dr. Deodatto para apresentação do seu Parecer. Projeto de Lei nº 932/2019, de autoria do Deputado Rodrigo Bacellar: Favorável com a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça. Posto em votação, o Parecer foi aprovado. Continuando, a Senhora Presidente anunciou a matéria para deliberação, aprovando o envio de um ofício ao Secretário Estadual de Saúde - SES, decorrente de denúncias revelando que a Organização Social Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (IABAS), na gestão do Hospital Estadual Adão Pereira Nunes, estava apresentando a seus funcionários documento em que o trabalhador renuncia ao direito indisponível previsto no art. 394-A da CLT, conforme Ofício GDER nº 230/2019, do Gabinete da Deputada Enfermeira Rejane. Por fim, a Senhora Presidente solicitou à Secretária da Comissão que marcasse uma reunião para próxima terça-feira com o Secretário de Saúde, Dr. Edmar Santos, para tratar dos seguintes itens: Qualidade da água distribuída pela CEDAE, CORONAVÍRUS, OSSs, Hospital Getúlio Vargas e Hospital Adão Pereira Nunes. Solicitou também que fosse marcada Audiência Pública sobre as OSSs, para o dia dezoto de fevereiro. Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual, para constar, eu, Carla Aguiar Falcão, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões, cinco de fevereiro de dois mil e vinte. (a) Carla Aguiar Falcão, Secretária, mat. 201770-5; (a) Deputada Martha Rocha, Presidente.

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE COMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO, CONTROLE DA ARRECAÇÃO ESTADUAL E DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS.

##### \*ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às dez horas e trinta minutos, na sala 316 do Palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniram-se as Comissões Permanentes em epígrafe, sob a Presidência do Senhor Deputado Rodrigo Amorim - Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, e com a presença do Senhor Deputado Luiz Paulo - Presidente da Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais, e os Deputados Martha Rocha, Alexandre Freitas, Márcio Pacheco, Eliomar Coelho e Renan Ferreirinha, membros das respectivas Comissões. Em seguida, o Senhor Presidente declarou aberta a Audiência Pública Conjunta, conforme convocação por Edital publicado em 15.08.2019, com a seguinte Ordem do Dia: Demonstração e avaliação do Poder Executivo ao cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2019, conforme determinação do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 c/c § 2º, II, do art. 45 da Lei Estadual nº 8055 de 19 de julho de 2018. Após, o Senhor Presidente registrou as presenças dos Senhores Luiz Claudio Rodrigues De Carvalho - Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, Sergio Mota - Subsecretário Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, Guilherme Piunti - Assessor da Secretaria de Estado de Fazenda, Bruno Schettini - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Gestão da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, Leonardo Lobo Pires - Subsecretário de Estado de Política Fiscal da Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro e dos Senhores Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira e Elizabeth Da Costa Mendes Oliveira Menezes, Conselheiros de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, Pedro Diniz - Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Rio de Janeiro e Ricardo Brand - Auditor Fiscal. O Senhor Presidente passou a palavra ao Sr Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho - Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, que fez sua explanação com apresentação do material trazido pela Secretaria. Após amplo debate, onde todos fizeram uso da palavra, o Senhor Presidente Deputado Rodrigo Amorim, passou a palavra para o Deputado Luiz Paulo, Presidente da Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais, que fez uso da palavra e agradeceu a presença do Secretário de Estado e todos os demais presentes. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente Deputado Rodrigo Amorim solicitou à secretaria da Comissão, que fosse publicada, na íntegra, a transcrição taquigráfica da presente Audiência. A seguir, como não houvesse nada mais a tratar, o Senhor Presidente suspendeu a audiência para que eu, Orlando de S. S. Júnior - matrícula 201.140-1 - Secretário da Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais e eu, Ada de Assis Paiva, matrícula nº 201.134-4 - Secretária da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, lavrassem a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a Ata lida e aprovada, tendo sido assinada pelos secretários e pelos Senhores Presidentes. Sala das Comissões em vinte de agosto de dois mil e dezenove.

(a) Orlando de S. S. Júnior - Secretário da Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais  
(a) Ada de Assis Paiva - Secretária da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle  
(a) Deputado LUIZ PAULO - Presidente da Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais  
(a) Deputado RODRIGO AMORIM - Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle

(Notas taquigráficas)

Sr. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Bom dia. Bom dia a todos. Bom dia, Senhores Deputados, Deputado Luiz Paulo, Presidente. Esta é, na verdade, uma sessão conjunta na verdade da Comissão de Orçamento, Finanças e Orçamento e da Comissão de Tributação, Controle e Arrecadação. Então, saudar o Deputado Luiz Paulo, Deputado Márcio Pacheco, Deputado Alexandre Freitas, Deputado Eliomar Coelho, Deputado Rodrigo Bacellar. Bacellar está por aí. Quero agradecer a presença dos representantes da Fazenda, do Orçamento, do Poder Executivo, Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, membro do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro. Obrigado pela presença. Sra Elizabeth da Costa Mendes Oliveira de Menezes, membro do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro; o Sr Edson Leonardo Dalescio Sá Teles, membro do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro. Bruno Schettini, sempre conosco, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Gestão da Secretaria da Casa Civil. O Secretário de Estado Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, Secretário de Estado de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Obrigado pela presença. Wildson Gonçalves de Melo, Secretaria de Estado de Fazenda, Sérgio Ricardo Ciavolli Mota, Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro. Leonardo Lobo Pires, Secretaria de Estado de Fazenda. Guilherme Piunti, Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro. E Lígia Helena da Cruz Ourives, Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Destacar a presença também a presença do Sr Pedro Diniz, Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Rio de Janeiro. Obrigado pela presença. Ricardo Brand, auditor fiscal. Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, TCU, Conselho de Recuperação Fiscal. Elizabeth, também do Conselho de Recuperação Fiscal.

Dando início aos trabalhos, dia 20 de agosto de 2019, às 19 horas, na sala 316 do Palácio Tiradentes, conforme edital publicado. Senhores Deputados membros da Comissão de Orçamento, membros da Comissão de Tributação, para a seguinte ordem do dia: demonstração e avaliação do Poder Executivo ao cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2019, conforme determinação do parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Complementar 101/2000, combinado com o parágrafo 2º, inciso II, do artigo 45 da Lei Estadual 8055/2018. Dando início aos trabalhos, essa é uma audiência pública conjunta, obrigatória, que faz parte do apanhado de audiências, informações que essa Comissão, sempre em parceria com a Comissão de Tributação, no sentido do esforço que o Parlamento Fluminense tem feito no sentido de dotar o Estado do Rio de Janeiro de um orçamento, primeiro de um processo de fiscalização e acompanhamento, num processo tão relevante e tão emblemático para o Rio de Janeiro, que é a retificação financeira, bem como num processo de formatação de um orçamento para o próximo exercício mais condizente com a realidade. Então, fico muito honrado em presidir a sessão, ao lado do Presidente Deputado Luiz Paulo. Passar a palavra para o Deputado Luiz Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Bom dia a todas e a todos. Na verdade, é rotineiro nessa Casa esse tipo de audiência pública, porque estamos cumprindo dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal e que, nos meses de fevereiro, maio e setembro haverá uma apresentação dos gestores do Executivo para confrontar as metas fiscais com a realidade orçamentária do que foi arrecadado, do que foi gasto, para se verificar o comportamento das duas receitas, mas também os Restos a Pagar, o déficit fiscal, enfim, todos aqueles elementos que estão disciplinados na Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, o objetivo é exatamente esse. Relevante, porque nós já vivenciamos o primeiro quadrimestre; a crise fiscal é absolutamente relevante. E aqui, na CPI da Crise Fiscal, na apresentação do Secretário de Fazenda, ele mostrou claramente que os dados oriundos do Regime de Recuperação Fiscal apresentados pelo Governo passado, quer seja as hipóteses de arrecadação, quer seja a hipótese dos Restos a Pagar, estão muito aquém, muito aquém, não, com a arrecadação muito superior à arrecadação possível. E o Restos a Pagar muito superior ao Restos a Pagar previstos de 3 bilhões para 26 bilhões. E, evidentemente, 3 bilhões de reais era um número quase ri-